

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.183 - PB (2019/0126351-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CARLOS AUGUSTO DA SILVA**  
**ADVOGADO : RAFAEL DE ANDRADE THIAMER - PB016237**  
**AGRAVADO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADO : MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA E OUTRO(S) - BA018454**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CARLOS AUGUSTO DA SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

PRELIMINAR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO COISA JULGADA REJEIÇÃO APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DOS JUROS INCIDENTES SOBRE TARIFAS PEDIDO JULGADO PROCEDENTE IRRESIGNAÇÃO RESTITUIÇÃO DOS JUROS INCIDENTES SOBRE AS TARIFAS CONSIDERADAS ABUSIVAS EM DEMANDA ANTERIOR REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO (fls. 193).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.013 do CPC/2015, no que concerne ao julgamento *extra petita* da causa, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

No caso em exame, ao julgar a apelação do réu, o Tribunal de Justiça da Paraíba adentrou ao mérito para afastar o reconhecimento de má fé nas cobranças indevidas e afastar o comando sentencial de devolução em dobro para aplicar em seu lugar a restituição simples.

Ocorre que tal questão não se reveste de matéria de ordem pública, tampouco está relacionada ao que foi impugnado no recurso, que foram apenas questões preliminares de mérito e uma prejudicial (fls. 233).

Quanto à segunda controvérsia, sustenta divergência jurisprudencial, colacionando diversos arestos como paradigmas.

É o relatório. Decido.

Quanto ao alegado julgamento *extra petita* o acórdão recorrido assim decidiu:

O Embargante alega que a Decisão de id nº 2082377 mostra-se *extra petita*, porém, aponta questão já discutida por esta Corte de Justiça referente a impossibilidade de repetição do indébito na forma dobrada.

Com efeito, o Embargante recorre em razão da inconformidade com o julgado, pretendendo, tão somente, rediscutir matéria posta. Isto porque, restou comprovado, nos autos, que o Embargado requereu a reforma da Sentença no que se refere a repetição do indébito no tópico: "VII - DA INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA INDEVIDA E DA IMPOSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES" (id nº 1893196), revelando-se, desde de logo, a inocorrência da alegada Decisão *extra petita*.

Assim, no que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que "na forma da jurisprudência, 'o cotejo de peças processuais não envolve qualquer análise jurídica, mas sim puramente fática, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ' (STJ, AgRg no AREsp 682.099/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 25/10/2016)" (AgInt no AREsp 1121961/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

Confira-se ainda:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. APONTADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA AFASTADA, PELO TRIBUNAL A QUO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "considera-se *extra petita* a decisão que aprecia pedido ou causa de pedir distintos daqueles apresentados pela parte postulante, isto é, aquela que confere provimento judicial sobre algo que não foi pedido. Sendo assim, não ocorre julgamento *ultra petita* se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial. Além do mais, o pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento *extra petita*" (STJ, AgInt no AREsp

987.196/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017). No mesmo sentido: AgInt no REsp 1.570.866/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/08/2017.

V. Esta Corte registra precedentes do sentido de que não é possível o conhecimento de Recurso Especial em que se alega julgamento extra petita, porque seria necessário o cotejo entre a petição inicial e o acórdão recorrido, o que não envolve qualquer análise jurídica, mas, sim, puramente fática, incidindo o óbice da Súmula 7 do STJ (AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1.586.434/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2018; REsp 1.655.395/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017; AgInt no AREsp 942.397/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017; EDcl no AgRg no REsp 1.511.290/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2016; AgRg no REsp 1.467.175/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/03/2016).

VI. No caso, à luz do contexto fático-probatório delimitado no acórdão recorrido, não há falar em julgamento extra petita, em acórdão que registra que foi ele proferido em conformidade com os pedidos formulados pela parte, analisados no contexto da petição inicial. Incidência da Súmula 7/STJ.

[...]

VIII. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 734.824/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018).

Doutra banda, no tocante à segunda controvérsia, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, porquanto, a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Destarte: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

A propósito: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

